

LUCILENE COSTA

**COMO ACONTECE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA NOVO HORIZONTE
NO ASSENTAMENTO ARAGUAÍ**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ariel J. Pires

CURITIBA

2007

Sejamos sempre capazes de sentir profundamente qualquer injustiça praticada contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. Essa é a qualidade mais linda de um revolucionário.

Che Guevara

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, familiares, mulheres, crianças e homens do MST, pela contribuição em todos os momentos de trabalho e estudo. A todas e todos, o meu profundo agradecimento revolucionário.

RESUMO

As reflexões desta análise são fruto de pesquisas que vem busacando analisar as ações sócio-educativas do Movimento dos Sem Terra, em especial as que se situam no campo do trabalho, da cooperação e da educação. Tais relações são fundamentais para avaliar o sentido atual e as possibilidades de uma educação voltada para as populações do campo. No texto que segue foram elaboradas algumas análises referentes ao trabalho no campo, como expressão da desigualdade social e da oposição de classe, que se manifesta nas diversas formas de produção, de atividades e de sujeitos que vivem, trabalham ou investem no campo; à educação do campo, seus avanços em relação à educação rural, sua presença nas políticas educacionais e sua abrangência para além do espaço escolar; e, por último, a valorização que a educação ganha com os movimentos sociais do campo, que passam a defender uma educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo.

Palavras-chave: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Escola do Campo, Luta, Terra.

ABSTRACT

The reflections of this analysis are fruit of research that comes busacando to analyze the partner-educative actions of the Movement of the ones Without Land, in special the ones that if they point out in the field of the work, the cooperation and the education. Such relations are basic to evaluate the current direction and the possibilities of an education directed toward the populations of the field. In the text that follows had been elaborated some referring analyses to the work in the field, as expression of the social inequality and the opposition of classroom, that if manifest in the diverse forms of production, activities and citizens that they live, work or invest in the field; to the education of the field, its advances in relation to the agricultural education, its presence in the educational politics and its abrangência stop beyond the pertaining to school space; e, finally, the valuation that the education earns with the social movements of the field, that they start to defend an education articulated with the creation of material conditions for the life in the field.

Word-key: MST - Movement of the Agricultural Workers Without Land, School of the Field, Fights, Land.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
	CAPÍTULO 1.....	9
1.1	Movimentos Sociais: Conceitos.....	9
1.2	Os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	13
	CAPÍTULO 2.....	21
2.1	A Educação do Campo.....	21
2.2	A Educação nos Acampamentos do MST.....	24
	CAPÍTULO 3.....	27
3.1	Histórico do Assentamento e da Escola Estrela do Oeste.....	27
3.2	Visita à Escola Novo Horizonte.....	29
3.3	O Currículo Oficial.....	30
3.4	As Práticas Pedagógicas e Metodológicas da Educação do Campo e a Formação dos Professores no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	33
3.5	Relatório do Questionário Aplicado na Escola do Assentamento Novo Horizonte.....	35
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
5	BIBLIOGRAFIA.....	41

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST é um movimento social que busca a realização da reforma agrária. Teve origem em oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente nos anos 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas do território brasileiro, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica. Contrariamente a este modelo, o MST busca fundamentalmente a redistribuição de terras improdutivas, propondo uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, busca áreas de terras improdutivas, dada a fins especulativos e, na maioria das vezes, terras públicas, portanto, de posse ilegal.

O Movimento surgiu em 1984, no Rio Grande do Sul, depois que o processo da mecanização das lavouras expulsou, no Brasil, cerca de 30 milhões de agricultores na década anterior.

Com relação a educação no Brasil, pode-se dizer que esta vem evoluindo com o passar do tempo. Nas últimas três décadas, o Estado brasileiro quase conseguiu universalizar a educação pública fundamental, constituída de oito anos de ensino. Entretanto, há ainda muitos problemas a serem resolvidos. Essa modalidade do ensino público reproduz a dicotomia característica do sistema escolar, ou seja, essa educação é destinada às classes populares e pobres, enquanto que para as classes média e alta o Estado estimula a educação privada.

Vários autores, já há décadas, preocupados com essa realidade social, têm formulado idéias educacionais com o propósito de incitar uma formação acadêmica que habilite a população para efetuar uma ação transformadora na sociedade, tendo como perspectiva o fortalecimento da democracia, a cidadania, a igualdade social e até mesmo o socialismo.

Nesse contexto surgem formulações tais como a educação para a cidadania, a formação de consciência crítica, o cultivo dos valores humanistas e várias outras. Nesse campo de preocupações inserem-se os esforços pedagógicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A concepção de educação do MST comporta vários aspectos teóricos e ideológicos, bem como diversas práticas educacionais.

Assim, este trabalho de pesquisa monográfica tem como objetivo principal, primeiro, lançar alguns olhares sobre os conceitos de movimentos sociais, mais especificamente sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e seus fundamentos e, em segundo lugar, promover a reflexão sobre a construção e o desenvolvimento de uma proposta pedagógica de educação para o campo, considerando a realidade dos assentamentos rurais. O foco principal é a Escola Novo Horizonte, estabelecida no Assentamento Araguaí, Município de Santa Maria do Oeste – Pr.

Para realização desta pesquisa, além da utilização de uma bibliografia especializada sobre o tema, foi lançado mão de documentos daquele assentamento e de entrevistas estruturadas com alguns envolvidos.

CAPÍTULO 1

1.1 Movimentos Sociais: Conceitos

O Brasil apresenta contradições que bem define sua situação real, um país com dimensão continental e solo rico, convive com um quadro de miséria, fome, violência e exclusão social. Principalmente na zona rural, onde os índices de desenvolvimento humano são os piores e, com o analfabetismo vigente, as coisas tendem a piorar o quadro. (IBGE¹).

Segundo WARREN (1989, p. 11), estes dois fatores sociais provocam uma relação marcante. Uma sociedade sem capacidade de esclarecimento e informação não terá capacidade de discernimento muito menos qualificação de mão de obra, onde automaticamente apresentará grande dificuldade de desenvolvimento econômico, social e principalmente político.

Dentro deste contexto, atrelado a abertura política pós-regime militar de 1964-1984, somado aos avanços da constituição federal de 1988, surgem os movimentos sociais no campo que tentam ocupar o espaço da organização para forçar a reforma agrária.

Deste esforço se inicia uma mudança no campo, onde o camponês, antes seduzido pelos favores do grande proprietário, agora passa a questionar a produção e a posse da terra do antigo patrão. Para isso, toma por base, principalmente à Constituição Federal (1988)², que no seu artigo 5º, inciso XXIII, define que a propriedade atenderá a sua função social, estabelecendo um novo caráter para a terra.

A pobreza, nas suas feições de desigualdade de renda e de acesso a recursos, repercute claramente na participação política. Barreiras efetivamente sólidas se acumulam, obstando a participação na busca de democracia e aprofundando os problemas que fazem dissolver a integração social. Estas questões aumentam os espaços dos movimentos sociais, que diante desse quadro de

¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censo demográfico de 2000.

² BRASIL . **Constituição da República Federativa de 1988**. Presidência da República, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Constituicao>>. Acesso em: 22 out. 2007.

desigualdade possibilita o alistamento de um exército de excluídos com propostas de Reforma Agrária.

Os movimentos sociais do campo reclamam da, ainda, existência de concentração de terras, onde o Brasil se apresenta como o “campeão mundial” da desigualdade social, e o segundo país do mundo com maior concentração da propriedade da terra. Segundo o IBGE, menos de 3% dos proprietários de terra possuem mais da metade das terras agricultáveis, deixando a maior parte delas sem produzir. Ao mesmo tempo, mais de quatro milhões de famílias de trabalhadores rurais não possuem terra e vivem num estado de pobreza extrema. (IBGE – Censo demográfico de 2000).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os Movimentos Sociais, garantem que nos últimos três anos somente 3,4 milhões de hectares foram disponibilizados para Reforma Agrária, ou seja, representa apenas 2% dos hectares necessários para assentar todas as famílias sem terra, estimadas em pelo menos 4,5 milhões. (IBGE – Censo demográfico de 2004).

Um dos grandes desafios dos Movimentos Sociais é a realização da cidadania a partir da instauração de uma sociedade na qual o direito à diferença não acarrete o isolamento de grupos identitários. (WARREN, 1989, p. 15).

Somente o intercâmbio entre organizações micro políticas é capaz de operar transformações mais abrangentes, que transcendam a garantia de interesses particulares e as conquistas políticas de alcance limitado. Dentro dessa perspectiva, a relevante preservação do pluralismo dos atores sociais não deve configurar um obstáculo às conquistas políticas de ordem global. O alcance de uma transformação macro-social requer capacidade de interação e diálogo entre identidades coletivas, orientando-se para a atuação em redes mais amplas de pressão e resistência, que são a expressão da solidariedade entre sujeitos sociais. Quando baseadas no respeito ao pluralismo³ dos atores sociais, as redes de movimentos permitem ações conjuntas para a conquista da cidadania, sem que as identidades dos grupos, elemento fundamental do fenômeno emancipatório, diluam-se na formação de alianças. Nesse sentido, Warren (1989, p. 16) afirma que a idéia de rede, implica em admitir a complexidade do social, composto de setores e agrupamentos sociais

³ **PLURALISMO:** Sistema que admite a pluralidade e a diversidade de idéias, opiniões, comportamentos, no seio de um grupo organizado. Sistema que admite a pluralidade dos partidos políticos. Doutrina que reconhece uma pluralidade de causas na explicação dos fenômenos, por oposição ao monismo. AURÉLIO, 1988, p. 320.

heterogêneos, campos de múltiplas contradições, diversidades e discursos plurais, onde opera não apenas a lógica do conflito, mas também da cooperação e da solidariedade.

Para tanto, é imprescindível que as experiências micro políticas de luta pela cidadania engendrem atitudes democráticas, de participação consciente e horizontalizada, fortalecendo, assim, a subjetividade do grupo. Dessa forma, as forças organizadas da sociedade civil podem formar as articulações necessárias às conquistas de grande abrangência, preservando cada grupo, sua autonomia e identidade.

A preocupação com o pluralismo também permeia, por exemplo, a estrutura organizacional de todos os grupos femininos, que apresentaram a proposta de congregar mulheres de diferentes religiões e de opções político-partidárias diversas.

Com vistas a preservar o caráter pluralista da entidade, o Conselho Municipal dos Clubes de Mães exclui, da sua pauta de discussão questões que podem propiciar a manifestação de apoio ou de simpatia político-partidária por parte das integrantes. Tal medida, no entanto, contrasta profundamente com o propósito da entidade de valorização do pluralismo.

É devido a uma tal capacidade de intervenção que os movimentos de gênero lograram também construir formas de influência cultural e intercâmbio recíproco com os atores significativos da sociedade e da cultura latino-americana.

Como aponta Warren (1989), o princípio da solidariedade é o fundamento ético na formação de muitas redes. Solidariedade, neste caso, significa responsabilidade social com o bem comum, conciliando interesses individuais com os comunitários, promovendo o bem comum através da participação complementar e ampliada de atores e organizações sociais.

Os Novos⁴ Movimentos Sociais criaram práticas de luta pela emancipação que privilegiam a descentralização do poder, rompendo com as práticas tradicionais dos partidos políticos. Esta importante contribuição dos Novos Movimentos Sociais, instituindo estratégias de ação pautadas na participação horizontalizada e na desburocratização, não deve ser esvaziada nas articulações com entidades partidárias e sindicais que, em sua grande maioria, concebem práticas personalistas e autoritárias. Porém, o perigo de cooperação dos movimentos sociais tende a ser

⁴ Novos: Não pela sua temporalidade, mas por suas características.

afastado na medida em que os movimentos valorizam a identidade dos grupos e exerçam ampla autonomia organizacional.

Os movimentos sociais, portanto, devem compreender dois aspectos essenciais ao sucesso do projeto global de superação da dominação, a necessidade de ampliar a comunicação e as ações conjuntas entre atores sociais e a adoção de atitudes democráticas nos níveis micro políticos.

Embora as abordagens sejam distintas e heterogêneas, não se pode deixar de tê-las presente. É importante lembrar que Gonh (1997) faz algumas interrogações àqueles que estudam a problemática dos movimentos sociais, ao perguntar sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade. Considera essas questões supramencionadas como não resolvidas do ponto de vista teórico, necessitando serem aprofundadas. Para a autora, movimentos sociais são:

São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GONH, 1997, p. 44).

Desta forma, para a autora, esses novos movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas, ou seja, não se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista.

Há muitas definições clássicas sobre os movimentos sociais que citando suas características básicas como aquelas organizações que possuem uma identidade, tem um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade. (GOHN, 1997, p. 45).

Historicamente se observa que os movimentos sociais têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade, apresentam conjuntos de demandas via

práticas de pressão e mobilização e têm uma certa continuidade e permanência. Eles não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades, fome ou qualquer forma de opressão, pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência.

Os movimentos sociais apresentam um ideário que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática com ações pela sustentabilidade e não apenas auto-desenvolvimento. Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão. Atuam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Há neles, uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade.

Ainda segundo a autora, diferentemente do que muitos pensam, impregnado na concepção de muitos, os integrantes dos movimentos sociais não são, necessariamente, os excluídos socialmente, ou seja, os agentes que iniciam o Movimento social não são os marginalizados, quando muito, estes poderão constituir, em determinadas circunstâncias e dentro de certas condições, uma base importante para a expansão e consolidação do movimento. Sendo assim, os primeiros a se rebelar não são os grupos mais oprimidos e desagregados, mas os que experimentam uma contradição intolerável entre a identidade coletiva existente e as novas relações sociais impostas pela mudança.

Sendo assim, fica evidente que os movimentos sociais servem de grande aparato aos cidadãos que buscam mudança no segmento sócio-político. Pois visa este, antes de tudo, uma imposição de mudanças do status, quer seja com emprego da violência, quer não. Isto, aliás, é de grande relevância, pois busca resguardar direitos concedidos pelo regime democrático de direitos e deveres, tão bem arrolados na Constituição Federal de diversos países que primam pelo sistema igualitário.

Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a Esfera Pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.

1.2 O Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O MST é fruto de uma política social católica, gestada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) com vistas a efetivação da reforma agrária, como problema estrutural

do Brasil. De acordo com CALDART (2000, p. 34), o MST nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região centro-sul do país, e aos poucos expandiu-se pelo Brasil inteiro.

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984, ratificados no I Congresso Nacional, realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná.

Em 2000, o MST contabilizava um número de aproximadamente 250 mil famílias assentadas e de 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil. Quantidades pequenas diante da realidade das mais de 4,5 milhões de famílias sem-terra existentes no país, mas significativas, dado o formato histórico da questão agrária e a dignidade humana construída mediante tais números. (CALDART, 2000, p. 35).

O MST já registra em sua história muitas áreas conquistadas que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas.

O MST também registra em sua história as 100 mil crianças e adolescentes que estão estudando em escolas construídas em suas áreas de assentamentos e acampamentos, as cirandas infantis⁵, que aos poucos vão produzindo a cultura da educação infantil no campo, um movimento massivo de alfabetização de jovens e adultos sem-terra, que envolve em torno de 20 mil educandos, e também a formação de técnicos e de educadores em cursos de nível médio e superior, assim como diversas outras iniciativas de formação de sua militância e do conjunto da família Sem Terra. (CALDART, 2000, 38)

Esses espaços de escolaridade são conquistas de uma luta coletiva na qual muitas pessoas também perderam sua vida, seja no dia a dia da violência dos fazendeiros, seja em massacres mundialmente divulgados, como o caso de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. É assim que o MST vem ajudando a recolocar na agenda política brasileira a questão da Reforma Agrária, fazendo a luta

⁵ As cirandas infantis, são espaços que no meio urbano são chamadas de creches.

pela terra e afirmando, em suas iniciativas, a possibilidade de novas relações sociais, e de um novo projeto de desenvolvimento para o campo.

O MST tem apresentado algumas características que merecem destaque no decorrer de sua luta. É possível destacar algumas destas características:

- A radicalidade do seu jeito de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve. O MST reafirmou a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la. Isto quer dizer que explicita nas próprias ações de luta o que contesta (enquanto prática e enquanto valor), e que sujeitos pretende trazer de volta à cena social em nosso país. A epígrafe que escolhi para este texto diz por si mesma do que aqui se trata. Quem olha para as ações do MST vê se transformarem em lutadores seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente. Talvez seja esta radicalidade, da luta, do jeito e de quem a faz, o que provoca na sociedade tomada de posição imediata: as pessoas são contra ou são a favor das ações do MST; mas de modo geral não costumam ficar indiferentes a elas.
- A multiplicidade de dimensões em que atua. O MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas as próprias escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (uma delas a de que a luta seria feita por famílias inteiras), acabaram levando o Movimento a desenvolver uma série de outras lutas sociais combinadas. Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos, se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena.
- A combinação de formatos organizativos diversos. Exatamente para dar conta dos seus objetivos e das diversas dimensões de sua luta, o MST acabou construindo um tipo de organização que mistura a versatilidade de um movimento social, no qual entra todo mundo o tempo todo, com um xadrez de relações sociais e organizacionais próprias quase de uma instituição social, que se pretende flexível mas duradoura. Daí a lógica de uma verdadeira empresa social, convivendo com a irreverência de um movimento permanente e imprevisível. Os estudiosos de movimentos sociais de modo geral têm

dificuldade de enquadrar o MST em suas classificações mais tradicionais. O MST tem resolvido este problema criando uma denominação para si próprio: uma organização social de massas, em que a combinação de características contraditórias se coloca exatamente como um dos pilares de sua identidade.

- A capacidade que vem construindo de universalizar, ou de tornar a sociedade como um todo, uma bandeira de luta que nasce de um grupo social específico e de seus interesses sociais imediatos. O lema Reforma Agrária uma luta de todos, trabalhado pelo MST especialmente a partir do seu III Congresso Nacional em 1995, sintetiza um passo muito importante na própria definição da identidade Sem Terra, que ao buscar educar a sociedade para que reconheça a Reforma Agrária como uma luta não apenas dos trabalhadores e das trabalhadoras da terra, também se educa para assumir bandeiras de luta cada vez mais amplas. O processo de construção desta característica tem levado a uma identificação cada vez maior das majorias excluídas, bem como de outros sujeitos que com elas se identificam politicamente, com os Sem Terra e com o MST.
- Neste Seminário foi proposta para nosso debate a relação entre exclusão social, trabalho, lutas sociais e educação na América Latina. Um dos desafios que nos coloca é exatamente o de repensar as práticas educativas e as matrizes pedagógicas de uma educação que se assuma como parte dos dilemas sociais deste final de século. Penso que uma das maneiras de fazer esta reflexão é olhar com mais atenção para os novos sujeitos sociais deste momento histórico, que vêm sendo produzidos pela dinâmica das lutas sociais que não aceitaram a exclusão como um dado inevitável. Ao buscarem reconquistar o direito ao trabalho e à dignidade, estes sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculadas. Os movimentos sociais têm sido espaços de organização destas lutas e de formação destes sujeitos.
- A reflexão que gostaria de trazer para este Seminário, desde o MST, diz respeito à necessidade - política e pedagógica - de pensarmos o movimento social também como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos.

- Existe um jeito de olhar para o MST e sua trajetória histórica que nos permite enxergá-lo desde as preocupações da educação e da pedagogia, e é este olhar que eu gostaria de desenvolver para contribuir com a reflexão deste Seminário. (CALDART, 2002, p. 127-128).

Ou seja, trata-se de olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um modo de produção da formação humana, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de vida e morte e de vida inteira, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade.

Pode-se dizer que a atuação dos Sem Terra remete a um processo de “fazer-se humano” na história um movimento de luta social, também constituído como parte de um movimento sócio-cultural mais amplo, mesmo sem que os Sem - Terra tenham plena consciência disso, tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade.

Fazem isto não porque professam idéias revolucionárias, nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos, pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual, fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país.

Nos anos 1980, as grandes indústrias começavam a funcionar com máquinas importadas, colocando o Brasil lado a lado com exportadores de primeiro mundo. Na contramão, o desemprego nos centros urbanos crescia e o êxodo rural começava a andar em sentido inverso. O contraste estava na mídia oficial que apregoava um Brasil só se fazia crescer.

Mas a realidade ficava evidente no campo. Indignados com a expulsão de famílias em vários engenhos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizou uma ocupação no Rio Grande do Sul. Paralelo a isso, 80 representantes se reuniam numa em uma capela católica em Cascavel, Paraná, para dar início o que futuramente seria o MST.

Não demorou para a mobilização ganhar mais adeptos em todo o País. Em 1985, foi organizado o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. Os resultados não vieram rapidamente. Desde o início, a história do MST foi repleta de greves de fome e discussões, muitas vezes sem resultado, com representantes do governo.

Hoje, 2007, o movimento conta com cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2.299 famílias associadas, 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11.174 sócios diretos, duas Cooperativas Regionais de Comercialização e três Cooperativas de Crédito com 6.521 associados.

As conquistas atingiram proporções internacionais no dia 17 de abril de 2002, quando foi criado o Dia Internacional de Luta Camponesa. As proporções também aumentaram na ambição do movimento, que hoje tem em pauta discussões que lidam diretamente com a Ordem Mundial do Comércio.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já chegou a idade adulta, em 23 anos de existência ele não pôde amadurecer com o tempo para virar gente grande. Teve que agir como tal desde o início porque os problemas decorrentes da luta pela reforma agrária no Brasil sempre estiveram presentes e o desafio de superá-los foi o norte seguido pelo movimento.

Os conflitos por terra no meio rural ocorrem desde o tempo do Brasil Colônia, ao contrário do MST que construiu sua luta ao longo de 23 anos. Segundo Francisco Dal Chiavon (2002), Coordenador Nacional de Produção do MST, o Movimento é a representação das diversas lutas camponesas que ocorreram no país.

Na história recente da democracia brasileira o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra sempre esteve em conflito com os governos. Isso porque, segundo Chiavon, coordenador Nacional de Produção do MST, os governos sempre foram compostos em sua maioria, por grandes proprietários.

Segundo Evangelista (2004), a história do MST se mistura com a de diversas famílias que acreditam numa mudança em suas próprias trajetórias, por meio da conquista de um pedaço de terra. Muitas vezes, os integrantes do MST passam mais de quatro anos acampados, até conseguir um local onde será o assentamento definitivo.

As condições de vida nos acampamentos não são nada convidativas. Debaixo de lonas ou plásticos pretos e sem nenhum conforto, homens, mulheres e crianças

estão sujeitos às intempéries da natureza e aos enfrentamentos constantes com a polícia e os fazendeiros.

Mas o desânimo não é palavra corrente no dia-a-dia dos integrantes do Movimento Sem Terra. Eles precisam ultrapassar as barreiras. Muitas vezes a área em que o acampamento está instalado não é o local definitivo onde as famílias serão instaladas.

O sistema de produção coletivo⁶ é uma modalidade que a Coordenação Nacional do Movimento vem estimulando junto aos seus integrantes. Dessa forma, as famílias podem otimizar não só a terra, mas a mão de obra e os recursos que as famílias recebem quando são assentadas. Fica mais fácil, por exemplo, conseguir financiamentos e aprovação para projetos agrícolas.

Segundo Evangelista (2007), o Coordenador Nacional do MST no Distrito Federal, João Paulo Rodrigues, acredita que o Movimento, ainda é muito pequeno, segundo ele, o Brasil só tem 18% da população no meio rural. Mas, se tivesse 40%, com certeza se teria uma grande influência nos rumos políticos do país. Isto, entretanto, não o faz desanimar. Para ele, a maior contribuição que a entidade deu para a sociedade brasileira foi ter surgido em meio ao processo de redemocratização do país, com o fim da ditadura militar. (EVANGELISTA, 2007), disponível em: .

Para o MST a Reforma Agrária não se trata apenas do parcelamento das terras ociosas e dos grandes proprietários monocultores voltados à exportação. A verdadeira reforma agrária, segundo o MST, tem que promover a repartição das riquezas, promovendo a erradicação de problemas como a fome, a miséria, a educação e o desemprego.

Ao longo de 20 anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra acumulou muitas conquistas: Prêmios internacionais e nacionais

⁶ Sistema de Produção Coletivo: Para compreender a organização do trabalho coletivo dentro do MST é necessário historicizar a formação e sua especificidade na região sul do Brasil, como também seu processo de materialização em todo território nacional. Logo é importante destacar três momentos importantes de tencionamento: a) A constituição do MST se configura com o destino de imigrantes que é engendrado no processo de emprego e desemprego europeu. Com a mudança das pessoas, desloca-se também o eixo de uma grave crise que atravessa muitos países europeus. Em decorrência da emigração. Em decorrência da emigração cria-se uma sobrevida à acumulação capitalista no séc. XIX. b) Apesar da especificidade, o MST não deixa de refletir a generalidade dos confrontos históricos e os problemas que desafiam a criatividade humana há um certo tempo. c) O MST configura a luta entre o velho e o novo, entre uma sociedade que "verte água" e uma outra que pode ser vislumbrada nas franjas dessas relações sociais, cujo esgarçamento histórico vem se tomando irreversível na forma de nômades que vagueiam pelo mundo em busca de trabalho.

traduzem a competência produtiva de cooperativas e produtores assentados, bem como das ações políticas e sociais promovidas pela entidade. Entre as iniciativas na área de educação, o MST tem cerca de 160 mil crianças cursando o ensino fundamental nas 1800 escolas públicas dos acampamentos e assentamentos; 30 mil jovens em processo de alfabetização; 1500 estudantes em cursos de ensino médio e superior. Sem falar que, dos 750 alunos que estão no ensino superior, 58 cursam medicina em Cuba.

A perspectiva de mais 20 anos de vida para o MST não anima muito os assentados, uma vez que os problemas de reforma agrária no Brasil precisam ser resolvidos muito antes disso.

CAPÍTULO 2

2.1 A Educação do Campo

A educação é um processo longo. O conhecimento é algo que vai se construindo no decorrer da vida ocorrendo em todos os aspectos, não existindo, desta forma, limite para o conhecimento.

Quando se fala em educação, lembra-se rapidamente da escola. Porém, é necessário entender a relação entre educação e escola, uma vez que a escola é o espaço onde se aprende de forma coletiva, lugar onde se reúne para aprender. A educação, no entanto, também são ações sociais, onde os seres humanos se relacionam e daí adquirem e ampliam seus conhecimentos.

Primeiramente, no que se refere a educação do campo, pode-se dizer, segundo Kolling, Nery e Molina (1999), que este é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que têm o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, de acordo com Caldart:

A educação do Campo é uma educação que deve ser no e do campo, pois o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive, além de ter uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2002, p. 26).

Assim, o conceito de campo busca ampliar e superar a visão do rural como local de atraso, no qual as pessoas não precisam estudar, ou basta uma educação precarizada e aligeirada.

Campo, nesta concepção, é entendido aqui como; lugar de vida onde as pessoas produzem conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Há uma produção cultural no campo que deve se fazer presente na escola. Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, melhor, são o ponto de partida das práticas pedagógicas na Escola do Campo. Sendo assim, esta compreensão de campo vai além de uma definição administrativa, configurando-se como um conceito político, ao considerar as especificidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica.

Segundo Caldart (2002), quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No início não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra.

Em dados estimados pode-se dizer que o MST conquistou, em 20 anos aproximadamente, 1.500 escolas públicas nos seus acampamentos e assentamentos, colocando nelas em torno de 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra, e ajudando a formar os seus mais de 4 mil educadores.

Também desencadeou um trabalho de alfabetização de jovens e adultos, envolvendo entre 2003 e 2004 mais de 30 mil educandos e 2.000 educadores, começou a desenvolver práticas de educação infantil em seus cursos, encontros, acampamentos e assentamentos, que formam pelo menos 500 educadores nesta nova frente, conseguiu criar algumas escolas de ensino médio nos assentamentos e fazer cursos superiores em parceria com diferentes universidades brasileiras.

No início, os sem-terra acreditavam que se organizar para lutar por escola era apenas mais uma de suas lutas por direitos sociais, direitos de que estavam sendo excluídos pela sua própria condição de trabalhador Sem Terra.

Logo foram percebendo que se tratava de algo mais complexo. Primeiro porque havia muitas outras famílias trabalhadoras do campo e da cidade que também não tinham acesso a este direito. Segundo, e igualmente grave, se deram conta de que somente teriam lugar na escola se buscassem transformá-la. Foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os Sem-Terra, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, ou porque sua estrutura formal não permite o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar.

Foi percebendo esta realidade que o MST começou a incluir em sua agenda a discussão de uma proposta diferente de escola, uma escola pela qual efetivamente vale à pena lutar, porque capaz de ajudar no processo maior de luta das famílias Sem Terra, e do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.

Num primeiro momento, a pergunta central girava em torno da questão do modelo pedagógico, ou seja, que escola ou modelo pedagógico combina com o jeito dos Sem Terra e pode ajudar o MST a atingir seus objetivos?

O processo, as práticas e discussões vêm mostrando, no entanto, que esta não é a verdadeira questão. Aos poucos foi-se descobrindo que não existe um modelo ou um tipo de escola que seja próprio para um grupo ou outro, ou que seja revolucionário em si mesmo. Trata-se é de alterar a postura dos educadores e o jeito de ser da escola como um todo, trata-se ainda de cultivar uma disposição e uma sensibilidade pedagógica de entrar em movimento, abrir-se à pedagogia do movimento social e do movimento da história, porque é isto que permite a uma escola acolher sujeitos como os Sem Terra, as crianças. E ao acolhê-los, eles aos poucos a vão transformando e ela a eles.

Nesta trajetória de tentar construir uma escola diferente, o que era um direito, passou a ser também um dever. Pois se há desejo de novas relações de produção no campo, e um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também é preciso atentar para as transformações das instituições históricas como é o caso da escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações. Foi assim que se começou a dizer no MST que se a Reforma Agrária é uma luta de todos, pois a luta pela educação de todos também é uma bandeira do MST.

Nas reflexões do MST, a escola não é o centro do processo de formação humana ao mesmo tempo em que tem um lugar cada vez mais importante. Ou seja, quando fala-se em Pedagogia do Movimento, identifica-se o jeito e a intencionalidade pedagógica por meio da qual o MST educa as pessoas que dele fazem parte. E isto é bem maior do que uma escola.

Portanto, há pontos específicos que não se deve esquecer quando o assunto é a educação do campo.

Entende-se que a escola deve estar inserida nas comunidades. Isto porque, a escola vai além de um local de produção e socialização do conhecimento, sendo também espaço de convívio social, aonde acontecem reuniões, festas, celebrações religiosas, atividades comunitárias, possibilitando a permanente reconstrução de uma identidade cultural. Sem deixar de falar, que evita o desgaste provocado pelas grandes distâncias e pelo transporte de baixa qualidade.

Outro ponto importante a ser considerado na Escola do Campo é que ela deve corresponder a necessidade da formação integral dos sujeitos do campo. Para

tal, precisa possibilitar o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino, isto é, Educação Infantil; Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial e, não apenas se restringir, como usualmente, às série iniciais do Ensino Fundamental.

2.2 A Educação nos Acampamentos do MST

A escola como referência de educação não acontece na sua totalidade. Deve-se levar em conta a história da educação no Brasil que sempre esteve a serviço do capitalismo onde o ter é mais importante do que o ser.

A função da educação é de construir reflexões e práticas para a formação do ser humano, rompendo com os esquemas do capital que impedem uma educação mais inteira e mais viva. Segundo Souza (2006):

A relação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com a educação, é pois uma relação de origem. A história do MST é uma grande obra educativa. Se recuperarmos a concepção de educação como formação humana é sua prática que encontramos no MST desde que foi criado. A transformação dos desgarrados da terra e dos pobres de tudo em cidadãos e cidadãs, dispostos a lutar por um lugar digno na história. (SOUZA, 2006, p. 78).

A educação do MST está enraizada na coletividade onde se pensa construir outra realidade. A escola se torna espaço insuficiente para o ser humano. Ela é muito maior envolvendo a vida como um todo.

Por isso quando se faz educação no MST, se vai além da escola, pois muitos são os processos educativos que sustentam a sua identidade e que não cabem dentro da escola, mas a escola é espaço de movimento pedagógico que é necessário para desafiar os desafios como sujeito educativo onde as reflexões devem ser permanentes para ajudar a construir e manter as escolas do MST, nos acampamentos e assentamentos através das práticas políticas.

Afirma-se, assim, que a escola deve ter vínculos necessários com a luta por Reforma Agrária, surgindo assim uma nova sociedade que visa transformar a partir da construção engajados, cujos pilares são: democracia, justiça social, radicalidade, valores socialistas e humanistas, caracterizando assim nova proposta de educação, que engaja-se no social na cultura do povo.

Segundo O MST, no Caderno de Educação nº 8: “A educação deve alimentar o desenvolvimento da chamada “consciência organizativa”, que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizativa de intervenção concreta na realidade”. (MST, 2001, p. 7).

Quando se pensa em transformar uma realidade, parte-se para a educação no seu processo de organicidade do processo pedagógico, que baseado nas teorias busca novos rumos, porém, é na ação que se gera o coletivo e nisso a teoria pouco interfere, pois quanto mais prática, mais mudanças, assumindo desta forma, vínculos com o campo e com os trabalhadores do campo.

Desa forma, exige-se que a escola seja do assentamento com sua identidade construída.

Não basta, contudo, ter a escola no campo, mas do campo, assumindo as causas e a cultura de quem ali vive e trabalha. Com isso, abrem-se portas para o “novo”, para construir relações pessoais e interpessoais.

Desta forma, o MST está cada vez mais inserido na educação trabalhando pedagogicamente as contradições e conflitos que aparecem nesse processo de transformação social.

No que se refere aos princípios da educação no MST, pode-se dizer, segundo o Caderno de Educação nº 8 (1999), que quando se pensa em educação, esta relaciona-se com a formação humana para o conjunto de lutas dos trabalhadores.

Os princípios filosóficos trazem horizontes que contribuem na definição de educação do MST, como a Educação de classe, que se organiza com métodos e conteúdos, construindo projetos políticos das classes trabalhadoras, o direito de educação para todos, partindo da organicidade, abertas para o novo e principalmente a educação para a ação, na qual a cooperação, o trabalho, valores humanistas e socialistas, bem como o pensamento, são passos norteadores da educação para a transformação.

É preciso, portanto, ligar a prática a teoria, educando os sujeitos para um novo projeto de desenvolvimento social para o campo.

Quando se fala e se coloca em prática os princípios pedagógicos, o MST deixa claro que deve-se partir da realidade do sujeito para o todo, respeitar sua individualidade, sua cultura, gerando elementos que venham articular a luta e a permanência na terra.

Segundo o MST (2001), quando se fala em educação do campo se afirma a visão e o sentimento que o povo do campo tem sobre a educação. Assim, os movimentos sociais combativos se organizam para fazer a educação do campo voltada especificamente para o povo do campo, diferentemente do modelo de educação nacional que vê a educação do campo como educação rural.

CAPÍTULO 3

3.1 Histórico do Assentamento Araguaí e da Escola Novo Horizonte

Em 1985, na região centro oeste do Paraná, aproximadamente 300 famílias Sem - Terra, vindas de vários municípios do Paraná como: Pitanga, Boa Ventura de São Roque, Santa Maria do Oeste, Capanema, Marmeleiro, e também dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, montaram acampamentos na BR, no município de Pitanga, na comunidade de Borboleta.

Essas famílias estavam filiadas em sindicatos rurais, em seus respectivos municípios. Ficaram acampados aproximadamente seis meses em seus barracos de lona preta com as “tralhas” de acampado.

Nesta época, período de inverno, acompanhado de muitas chuvas, o local foi caracterizado como o local mais frio do município.

Muitos foram os problemas enfrentados neste período como: doenças, frio, difícil locomoção, crianças fora da escola pela dificuldade e preconceitos da sociedade, como contam algumas mães hoje assentadas.

O acampamento era vigiado por policiais que controlavam a saída e a chegada de pessoas. Numa determinada noite os policiais dormiram, as famílias acampadas juntaram suas mudanças e andaram pela mata até chegarem onde os caminhões e carros os esperavam para o dia da ocupação da área.

As famílias viajaram durante algumas horas em estradas de chão, que além de serem de difícil acesso também estavam molhadas e escorregadias devido ao período de chuvas. Somente depois de todos estes transtornos foram ocupadas duas fazendas improdutivas, as quais faziam limite uma com a outra. A primeira era a “Fazenda Ouro Verde de Rosa Tomé Conrado” e a outra era a “Fazenda Caveira”.

A ocupação aconteceu no dia 18 de setembro de 1985. As famílias se repartiram em dois grupos, um grupo do lado esquerdo do rio Ouro Verde e o outro do lado direito, já dentro da fazenda “Caveira”. Ambas as fazendas eram do lado extremo do acampamento no município de Pitanga, hoje Santa Maria do Oeste.

As famílias ficaram acampadas na fazenda por, aproximadamente, dois meses, quando a dona da fazenda ganhou na justiça a reintegração de posse.

Um oficial de justiça de Guarapuava/PR entregou a ordem de reintegração de posse ao povo, que depois de sofrerem muitas ameaças em assembléia decidiu desocupar a área.

As famílias mais uma vez juntaram seus pertences de acampados e voltaram a BR 466, antigo acampamento, permanecendo por lá 65 dias.

Como o povo Sem - Terra luta por Reforma Agrária, voltaram a ocupar no dia 22 de dezembro de 1985 a sede da "Fazenda Ouro Verde", em Santa Maria do Oeste/PR permanecendo por lá mais sete meses. Neste período o povo foi se organizando e se distribuindo nas seis Agrovilas do então Assentamento Araguaia.

Como povo que se organiza, educação é fundamental nas Agrovilas. Quando a "Fazenda Ouro Verde" é reagrupada as crianças voltam a estudar na escola montada pelos acampados.

Em 1986, as famílias foram para seus lotes e se organizaram também pela educação dos seus filhos e filhas. Na sede da área ocupada já existia a escola municipal Elias do Nascimento, hoje Agrovila Ouro Verde, todos estudavam na referida escola de forma multisseriada como continua até hoje.

Os assentados da Agrovila Novo Horizonte, nome dado pela perspectiva de novos tempos, novos caminhos, enfim, nova vida, em mutirão e trabalho voluntário constroem a escola na Agrovila Novo Horizonte.

A construção, na qual se instalou a escola era de madeira em barracões da sede já desapropriada. Ficou mais tarde, sendo conhecida como "Escola Estadual Novo Horizonte". Teve início com 16 educando, tendo como primeira educadora Tereza Verenka, num período de três anos. Em 1989, assume a educadora e assentada Dilva Terezinha Ribas Vieira, a qual já havia cursado educação geral, e hoje tem como formação o magistério, pedagogia e, pós-graduação em educação infantil.

Em 1990/91, a escola pelo direito de lei passou a ser municipal. Atualmente freqüentam a escola de forma multisseriada, vários educandos.

O assentamento fica distribuído da seguinte forma: Assentamento Araguaia com produção individual. As Agrovilas são: Novo Horizonte, com famílias vindas de Cinco Encruzilhadas, com 37 famílias, Ouro Verde com 17 famílias de Santa Maria do Oeste, Independência com 27 famílias de Três Tombos, 26 famílias de Capanema, 55 famílias de Nova Conquista, 51 famílias vindas de Salto do Lontra.

O assentamento Araguaí é o primeiro da região centro oeste do Paraná, tem uma área de 4.423 hectares de terra, sendo 904 hectares de reserva coletiva e o restante dividido nas Agrovilas, com lotes de aproximadamente 15 hectares cada família e uma área de 21 alqueires de erva mate. Também há uma área no assentamento que dispõe de uma linda cachoeira, visitada por várias pessoas que banham-se todos os anos, além de uma usina elétrica da área desativada pelo INCRA⁷, que oferece luz aos assentados.

Hoje há uma coordenação composta pelas Agrovilas. São 6 coordenadores que fazem parte desta coordenação e nas reuniões com o INCRA, banco e outras entidades públicas, como a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste, na qual saiu a poucos dias uma verba para a construção de estradas cascalhadas. O valor repassado pelo INCRA foi de 189 mil reais. Os resultados sócio-econômicos, segundo os próprios assentados, são muito bons.

3.2 Visita a Escola Novo Horizonte

A escola Novo Horizonte funciona em um prédio de construção rude, que muitos pais ajudaram a construir. O pátio da escola é um livre espaço de liberdade das crianças e jovens. Neste espaço, cada um cuida e sabe que é um coletivo⁸.

A educadora tem uma sensibilidade de mãe, atende e conversa com cada um dos educandos, preocupando-se sempre com cada aluno. Como menciona Freire, “é preciso apaixonar-se”, ficando claro, desta forma, o verdadeiro valor e sentido de uma educação voltada para a realidade, ou seja, a educação no campo.

Vive-se no Brasil, num processo onde a formação está enraizada na educação tradicional. Como falar ou agir de forma diferente se não conhece e não se tem acesso à formação pedagógica e de consciência?

Fica claro que os assentados querem a permanência da escola no assentamento, pois assim espera-se formar cidadãos que possam permanecer na terra, ou seja, no campo dando o valor que esta merece. A escola da cidade por sua vez tem a oferecer apenas uma educação capitalista, por esse entre tantos outros

⁷ INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁸ Coletivo, no sentido de aprender a respeitar a opinião dos demais, daber agir em conjunto, em união.

motivos é que se luta por uma educação na qual camponeses e camponesas possam avistar um futuro e permanecer na e com a terra.

Pode-se perceber, segundo os teóricos aqui mencionados que todos defendem essa idéia e isso é formação de consciência, mas quando se fala em prática pedagógica se percebe pouco conhecimento.

Se o objetivo é encontrar uma educação para a transformação, encontra-se claro as discussões, porém, falta continuidade na formação. Ficando certo também que no assentamento do MST, se tem senso crítico e se faz análise de conjura abertamente, por isso a importância e a necessidade de formação.

Quanto a educadora, pode-se perceber que esta trabalha pedagogicamente a realidade, apesar de muito tempo não participar da formação específica do MST ou outros movimentos sociais.

Quando se enraíza campo e se faz uma educação com o coração, se faz educação no campo com naturalidade, deixando transparecer humanização apaixonante que leva ao questionamento e auto avaliação constante de sua prática.

Tem-se consciência clara que escola é assentamento e que assentamento é escola, não há como isolar um ou outro, e isso se chama integração que leva ao desenvolvimento.

A prática tem raiz em educação popular, então mesmo com formação dos movimentos sociais menos recente, desenvolve-se a escola do campo.

3.3 O Currículo Oficial

O currículo básico para a escola pública do Paraná diz que é necessário a discussão em torno da essencialidade da escola, que conta hoje com a contribuição de educadores que perseguem a construção da pedagogia histórico-crítica.

O currículo deve ser entendido como conjunto das atividades nucleares da escola, ou seja, elementos norteadores das atividades da escola.

A construção do saber depende da finalidade da escola, seus métodos e processos de ensino-aprendizagem. Quando isso acontece percebe-se a qualidade do ensino passando de "folclórica" para a transmissão-assimilação do conhecimento.

Segundo Brasil (1990), o indivíduo se constitui enquanto membro de um grupo através da construção de sua identidade cultural. Ou seja, é processo

contínuo com estratégias e possibilidades específicas de ação, interação e aprendizagem. Deve estar ligado ao psicológico e real, com seus períodos de desenvolvimento como a infância, adolescência, maturidade e velhice.

A aprendizagem é um processo múltiplo, utilizando de diversas estratégias para aprender com variações de acordo com o período. Por isso, muitas devem ser as estratégias a serem usadas, é claro, depende da fase ou idade que a criança está.

A relação entre criança e adulto na escola é mediada pelo conhecimento formal. A ação pedagógica para o educador e educando é uma relação que se estabelece com o conhecimento próprio. Por isso, é importante que o educador conheça além dos conteúdos ensinados, assim, vai além do processo de ensino-aprendizagem. É necessário aprender e ensinar acontecendo assim, a múltipla interação da ação pedagógica.

O homem pela sua história transmite o conhecimento consistindo um processo pedagógico natural. Processo de movimento histórico de produção da linguagem oral e escrita.

Pelo trabalho o homem se humaniza e domina a natureza. Com esta relação busca responder suas necessidades. Tanto a linguagem como a consciência são fatos históricos, isto é, a ação coletiva ao longo de sua história.

Portanto, a língua escrita é mais do que instrumento de comunicação, é estrutura de pensamento onde a pessoa é capaz de elaborar suas idéias. Por isso o educador pode ser a figura animadora e estimuladora da aprendizagem. Aprender a língua escrita é muito mais do que aprender um instrumento de comunicação, é sobretudo, construir estruturas de pensamento capaz de abstrações mais elaboradas.

Quanto à metodologia e conteúdos é importante o educador pensar a alfabetização na perspectiva do que a escrita representa, seus valores, usos sociais e organização deste sistema. É necessário partir de situações simples para as complexas.

O início do processo de alfabetização deve ser o momento da descoberta e aprimoramento da aprendizagem.

É preciso que o educador tome cuidado com a forma de alfabetização, porém, isto não significa que este educador precise ficar inibido nas suas tentativas de escrita e leitura.

A aprendizagem deve também partir da coordenação motora, escrita, leitura, produção de texto, reestruturação, diversificação de textos, interpretação. É imprescindível que a sistematização para o domínio de colégio se faça a partir da atividade que visem a compreensão global do texto, reconhecendo o contexto do próprio texto. Tanto a escrita como a leitura pode ser individual ou coletiva.

O ensino significa pensar numa realidade que permeia todos os atos cotidianos, caracterizando a humanidade que se diferencia dos animais.

O currículo escolar no caso oficial do Paraná, coloca-se como ciclo básico para a alfabetização, na terceira e quarta série, tendo como disciplinas de português, matemática, história, ciências, educação física, artes. Essas disciplinas cada uma com sua avaliação. É importante que o educador não perca de vista a função diagnóstica da avaliação, que deve ser usada como subsídio para a revisão do ensino-aprendizagem, quer por série ou ciclo.

A avaliação não pode ser fundamentada apenas nas provas bimestrais, deve ocorrer ao longo do processo de aprendizagem, deve dar ao educador possibilidades de aprofundar e expressar sua visão sobre o conteúdo estudado.

Não se pode perder de vista que apesar da diferenciação, há um conhecimento cuja apropriação pelo aluno é fundamental e dever-se-á verificar a aprendizagem a partir daquilo que é básico, fundamental, para que ela se processe. Envolve ação participativa e efetiva dos professores bem como a democratização na relação professor aluno.

O aluno traz para a escola suas convivências sociais que são expressões de sua cultura. É importante levar em consideração essas experiências, procurar levar em conta essa construção como instrumento de transformação social, bem como a relação conteúdo/método para a ampliação de uma concepção de mundo questionando o meio que está inserido.

À medida que se critica e se reflete as maneiras de avaliar, acaba-se tomando posicionamentos na qualidade do processo ensino-aprendizagem, revendo práticas pedagógicas levando a avaliação assumir um caráter dinâmico, contínuo, cooperativo que acompanhe toda a prática pedagógica. Requer assim, a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Assim, segundo Brasil (1990), entende-se que o critério de avaliação é o conteúdo, no seu papel de mediador entre o sujeito que aprende e a realidade. Não

se trata, porém, de qualquer conteúdo, mas daqueles cuja relevância é fundamental para a compreensão da prática social.

3.4 As Práticas Pedagógicas e Metodológicas da Educação do Campo e a Formação dos Professores no Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Segundo Souza (2006), a prática pedagógica só pode ser compreendida à luz das características da concepção educacional que a orienta. Como concepção educacional encontra-se a caracterização da educação bancária e da educação dialógica, também mencionada por Freire (1987). A primeira teria por base os princípios da filosofia positivista e a segunda teria as condições materiais de existência e as relações sociais de produção como ponto de partida e condição para o entendimento e apropriação do conhecimento.

De acordo com o autor, a prática pedagógica está sendo entendida com o mesmo sentido que se atribui à prática educativa ou educacional, portanto, como sinônimas.

Trata-se de uma prática social que visa a formação humana, podendo ocorrer em espaços e tempos escolares ou nos espaços de socialização política, onde florescem as experiências e trocas de saberes que ocorreram fora dos espaços e tempos escolares, mas que guardam a intencionalidade do desenvolvimento de processos educativos necessários à formação humana.

Tomando como referência as características que Freire atribui a pedagogia bancária e a pedagogia dialógica, será realizada uma análise das características da prática pedagógica nas escolas.

Esta análise refere-se ao espaço escolar, na tentativa de compreender se os conteúdos que o MST acumula e divulga nos seus documentos pedagógicos interferem na prática pedagógica escolar.

Na concepção bancária de educação, o professor é o centro do processo pedagógico, embora ele seja objeto no contexto dos objetivos e fins da educação, uma vez que cabe a ele a transmissão e verificação da aprendizagem dos conteúdos curriculares, organizados por outros profissionais. A metodologia, a relação professor-alunos, a avaliação são planejadas em conformidade com os objetivos educacionais e com a intencionalidade do processo educativo oficial.

É sabido que a educação do campo foi organizada em função dos interesses urbano-industriais e que contribuiu com os processos de expropriação da terra e que o MST tece propostas originadas da discussão com os trabalhadores rurais, portanto, com a intenção de que eles sejam os sujeitos centrais da educação do campo. Segundo Vendramini (2000):

A educação proposta pelo MST se contrapõe às políticas e programas oficiais para o meio rural, que não surgiram para atender os interesses sociais dos trabalhadores. Mas ela mantém resquícios da prática educativa desenvolvida principalmente pelo ruralismo pedagógico ao esperar que a educação continue dando respostas para as questões não educativas. (VENDRAMINI, 2000, p. 102).

Assim, o MST contrapõe-se e propõe uma nova forma de perceber a educação e de fazer a Educação do Campo. Quando Vendramini afirma que o MST espera que a educação de respostas para as questões não educativas, muitas experiências não haviam sido desenvolvidas no movimento social, a exemplo das parcerias visando a formação de técnicos e de professores para as escolas do campo, as parcerias na construção dos cursos de pedagogia da terra, os documentos que expressaram a forte relação entre cooperação e educação. Portanto, o próprio movimento social demonstra em sua trajetória, que a educação é uma prática social que objetiva a transformação social e que ela é gerada na dinâmica do movimento social e que exerce influência sobre o mesmo. Vendramini (2000) destaca que:

O MST está provocando experiências de organização massiva e combativa dos trabalhadores, de articulação nacional e internacional entre movimentos e organizações sociais, está construindo práticas politizadoras e necessariamente educativas, propõe uma luta radical que se manifesta no questionamento fundamental da ordem existente, além da construção de grupos coletivos como superação da forma de trabalho individual na agricultura. (VENDRAMINI, 2000, p. 102).

Sendo assim, pode-se afirmar que a educação é uma dimensão presente no cotidiano do movimento social, do acampamento e do assentamento, é dos meios essenciais na provocação de transformações sociais. Estas caracterizam-se por uma micro revolução que inicia com o entendimento da própria pessoa no mundo.

Toda a produção pedagógica, demonstra os avanços internos em termos das reflexões sobre a educação no MST. No entanto, alguns desafios estão postos

quando analisa-se a prática pedagógica nas escolas, e um deles relaciona-se à formação dos profissionais da educação. O MST tem sido o impulsionador de experiências coletivas que formam e que enriquecem a formação profissional, algo que deveria ser função do Estado.

A demonstração de que a prática está em transformação pode ser visualizada nas certezas de que os professores apresentam quando desenvolvem um conteúdo em sala de aula, a certeza da relação entre conteúdo escolar e realidade vivida, a certeza de que envolver a comunidade nas questões educativas é primordial, a certeza de que os movimentos sociais tem contribuições para a educação e a certeza de que na sociedade as relações estão mais democráticas. Também, pode-se visualizar que nas incertezas que os professores demonstram, são inquietações que anunciam a construção de uma “nova maneira” de fazer educação, ao mesmo tempo da criação de uma nova pedagogia da prática social.

3.5 Relatório do Questionário Aplicado na Escola do Assentamento Novo Horizonte

Na análise que segue foram entrevistadas três pessoas com cinco questões. As entrevistadas foram duas assentadas e uma educadora da Escola Novo Horizonte.

A primeira entrevistada foi a professora Maria do Rosário Gonçalves, da Escola Novo Horizonte. A ela foi questionado a necessidade e a importância da escola no acampamento. Em resposta a educadora mencionou que é muito importante uma escola dentro do assentamento? Segundo ela: “É a base para viver a realidade, pois uma comunidade sem escola falta sustentação para melhor integrar os assentados. Faz parte da comunicação entre as famílias”. Ou seja, a escola aparece como fundamental nas relações cotidianas do assentamento.

Em seguida foi questionado se a proposta de educação da escola está vinculada à realidade do assentamento? Ela mencionou que: “Na maioria das vezes esta vinculada. Já se discute que os assentados devem participar integralmente da elaboração das propostas. Os pais já têm conhecimento dos conteúdos desenvolvidos, bem como a escola deve ser entendida e compreendida, não ignorada. Ela é parte do assentamento das lutas e conquistas, junto aos

assentamentos”. Assim, tal resposta configura o próprio discurso político dos assentados, onde a referida professora parece estar afinada.

A questão três indaga o que é necessário ou se faz necessário para que a educação realmente venha contribuir para o desenvolvimento do ser humano? Nesta questão a educadora menciona que: “Formar e desenvolver o senso crítico do ser humano, ir além do ler e do escrever mecanicamente, mas sim preparar a pessoa para enfrentar os desafios da vida, saber ler e interpretar o mundo, deixando de lado o orgulho, o individualismo, ter humildade e coerência para ir buscar ajuda para aquilo que encontra dificuldades. Saber usar do senso crítico em qualquer situação. Quando a educação verdadeira passar pelo caminho da franqueza, da verdade, do amor, teremos uma educação que todos almejam”. Prossegue a professora: “Procurar trabalhar da melhor maneira possível a realidade do educando, incentivar a permanência no campo. Porém, tem as condições que não são favoráveis, muitas vezes não depende só do educador, e sim de todo um sistema de influências. O educador pode ajudar, mas as vezes ele é apenas uma pequena parte”.

A última questão foi: Há necessidade de se ter uma formação sócio-política na assentamento para os professores assentados, ou basta a educação meramente formal? Em resposta ela menciona que: “É necessário se ter uma formação sócio-política. Para desenvolver um trabalho de qualidade precisamos estar bem preparados, e ter melhor envolvimento das famílias com os educadores”. Ou seja, no interior dos assentamentos parece haver um comprometimento maior das profissionais, além de mera formalidade escolar.

A segunda entrevistada foi a assentada Alice Gonzaga Mesquita, com as mesmas questões anteriormente aplicadas. Quanto a importância de se ter uma escola no assentamento disse que: “É necessário estudar perto de casa, por segurança, e também pela dificuldade de acesso à cidade, com ônibus e estradas com problemas nos dias de chuva”.

Na questão dois, foi indagada se a proposta de educação da escola está vinculada a realidade do assentamento. Ela respondeu que: “Sim. Hoje é mais discutido a proposta da escola com a comunidade. As famílias contribuem nas discussões e decisões da escola”.

Na questão três foi perguntado o que é necessário ou se faz necessário para que a educação realmente venha contribuir para o desenvolvimento do ser humano.

Em resposta, ela menciona que: “Deve haver mais amizade e decisões são tomadas pela maioria, isso vem em encontro com a formação para a vida”.

Na questão quatro, foi perguntado como deve ser uma escola do campo. Alice responde que: “Não tem cabimento colocar uma escola da cidade aqui no assentamento, porém, a escola física precisa ter o mínimo de condições para melhor prestar serviço a comunidade”. Prosseguindo disse: Há também a necessidade de formação específica em sócio-política na assentamento. As pessoas sempre precisam estar em formação, e para os pais é muito bom, para ter entendimento e saber o que acontece com os filhos”. Como não poderia deixar de ser, as respostas estão muito próximas umas das outras, provavelmente em função do discurso hegemônico das próprias lideranças do MST.

O terceiro e último questionário foi aplicado a assentada Claire Marcondes. Foi perguntado a ela se é importante e necessário ter escola no assentamento e por que?. Ela respondeu que: “Sim. Porque sempre vamos defender a escola no assentamento. Para a comunidade o aluno vai se criar com o objetivo e a realidade do assentamento e não da cidade”.

Na segunda questão perguntou-se se a proposta de educação da escola está vinculada a realidade do assentamento. Claire respondeu que: “A educadora trabalha sobre o assentamento e defende a escola do assentamento, porém uma proposta única não tem, tem a história da escola escrita e contada pelos assentados. A proposta deveria ser do MST, o regimento é feito pela prefeitura do município”. Observa-se nessa resposta um acurado senso político da assentada.

Na questão três, perguntou-se o que é necessário ou se faz necessário para que a educação realmente venha contribuir para o desenvolvimento do ser humano? Sendo assim, Claire responde que: “Valorizar a questão da luta, é preciso fixar a pessoa no campo, então é preciso ter projeto e política agrícola que venha valorizar o agricultor assentado”.

Na questão seguinte foi indagado como deve ser uma escola do campo. A assentada respondeu que: “Deve ser mais valorizada com palestras para a formação dos alunos e dos pais assentados, para incentivar a luta do assentamento”.

Na última questão foi perguntado se é necessário ter formação sócio-política na assentamento para os assentados educadores e por que? Claire respondeu que: “Sim. Possibilita dar mais respaldo ao aluno e ao assentado e que esta política esteja voltada a realidade do campo”.

Assim, em praticamente todas as respostas, tanto das professoras quanto da assentada, se evidencia a importância de uma educação diferenciada para o campo que, diga-se, ainda é uma realidade apenas no interior dos assentamentos do MST e não, ainda, nas outras escolas rurais brasileiras, onde conteúdos e posturas pedagógicas estão muito aquém do ideal de educação para o campo, se pensando, obviamente, em escolas que promovam transformações sócio-políticas e econômicas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar, como ferramenta de mudanças e transformação, deve ser gestada e administrada pelos agentes educadores do campo, sejam assentados(as), acampados(as) e professores, uma vez que são os envolvidos diretamente no processo. Já os burocratas urbanos estão muito longe da realidade rural, no entanto continuam preparando os currículos e conteúdos programáticos com os vícios urbanos. Portanto, a educação deve fazer parte da concretude de transformação com luta pela terra e partindo também pela educação que deve dar continuidade na formação de consciência. Educar para a sociedade é fazer o novo acontecer no campo onde se vive e se em dimensão de desenvolvimento humano.

O enfrentamento com a educação formal deve acontecer para transformar. Sendo assim, questiona-se, que consciência e educação queremos se o meio em que vivemos nos influencia? O meio social, forma o ser social. Assim, a educação escolar deve estar voltada para a amplitude e totalidade da comunidade.

Revolucionar a sociedade é gastar energias também na educação, onde vamos gerando consciência e produzindo conhecimento.

Contudo, pode-se dizer que ao longo dos tempos a educação no campo tem sido tratada como uma extensão da educação da cidade, e, ainda, considerada como inferior. Sempre foram pensadas políticas compensatórias, para serem aplicadas de forma autoritária.

Esta experiência inovadora de construção coletiva do processo de alfabetização nos assentamentos, reforça a idéia de que a Educação no campo deveria ser uma educação específica e diferenciada que ajude na formação humana, emancipadora e criativa, assumindo de fato a identidade do meio rural. Identidade essa que se expresse não só como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico, no sentido não só da erradicação do analfabetismo, bem como da construção de um projeto de desenvolvimento que elimine a fome e a miséria.

Pode-se dizer ainda que o MST é o grande educador dos Sem-Terra, pois os educa inserindo-o no movimento da própria história, a medida que os coloca como sujeitos enraizados neste movimento da história, vivendo experiências de formação humana.

Finalmente, pode-se dizer que a relação do MST com a educação é pois uma relação de origem. A herança que o MST deixará para seus descendentes será bem mais do que terra, que a libertação dos grandes proprietários, será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo, serão os valores que fortalecem e que procuram dar uma identidade ao trabalhador rural.

4 BIBLIOGRAFIA

AURÉLIO. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.** São Paulo: FTD, 1990.

BRASIL. **Currículo básico para a escola pública do estado do paraná.** Curitiba, 1990.

_____. **Constitui o da República Federativa de 1988.** Presidência da República, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Constituicao>>. Acesso em: 22 out. 2007.

COLOMBO, Irineu; WELTER, Elton. **Educa o básica: perguntas e respostas sobre a legisla o e a atividade docente.** Curitiba: Reproset Editora Gráfica, 2004.

EVANGELISTA, Gilberto. **MST, há 20 anos lutando pela igualdade no campo.** Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/especiais>>. Acesso em: 20 out. de 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários   prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais.** São Paulo: Loyola, 1997.

HERKENHOFF, João Batista. **Justiça e Movimentos Sociais.** Revista Juristas, n . 92. Disponível em: <<http://www.juristas.com.br/modrevistas>>. Acesso em: 24 out. 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2007.

_____. **Censo Demográfico 2004 - Resultados do universo.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2007.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salet. **Educa o do campo: identidade e políticas públicas.** São Paulo: MST, 2002.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir.; MOLINA, M nica Castagna. **Por uma educa o básica do campo.** São Paulo: MST, 1999.

MARQUES, Daniela. **Movimentos Sociais.** Disponível em: <<http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/7E34FE12A2C5303186E>>. Acesso em: 10 de Dez de 2007.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. São Paulo: MST, 2002.

MST. Educação do campo: **cultivando um Brasil melhor**. Caderno de Educação nº 1. São Paulo: MST, 2002.

_____. **Princípios da educação no MST**. Caderno de Educação nº 8. São Paulo: MST, 1999.

_____. **Pedagogia do movimento sem terra**: acompanhamento às escolas. Caderno de Educação nº 8. São Paulo: MST, 1999.

_____. **Como fazemos a escola de educação fundamental**. Caderno de Educação nº 9. São Paulo: MST, 1999.

_____. **Educação do campo**: Direito de todos os camponeses e camponesas. Caderno de Educação. São Paulo: MST, 2006.

_____. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade UFRGS, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

WARREN, Ilse Scherer. **Movimentos sociais**. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1989.